

ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

OFÍCIO GS/GCG/ Nº 173/04

João Pessoa, 13 de julho de 2004

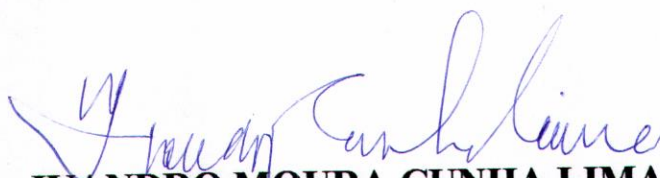
Veto Total m: 20/04

Senhor Presidente,

À medida que externo as cordiais e fraternais saudações, em nome do Chefe do Poder Executivo Estadual, o Governador Cássio Cunha Lima, e com fulcro no § 1º do art. 65, venho devolver a Vossa Excelência o Autógrafo do Projeto de Lei nº 496/2004 que "Dispõe sobre a implantação do Cadastro Estadual de Foragidos", com as razões do VETO anexas, publicadas no Diário Oficial do Estado em 11 de julho do ano em curso, por vício de iniciativa, para a apreciação da colenda Assembléia Legislativa deste Estado.

Colho o ensejo, ainda, para transmitir protestos de alto apreço e de inquestionável estima a Vossa Excelência e aos dignos pares, bem como a consideração que a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba merece.

Atenciosamente,


IVANDRO MOURA CUNHA LIMA
Secretário Chefe

A Sua Excelência o Senhor
RÔMULO JOSÉ DE GOUVEIA
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba
João Pessoa – PB

EXPEDIENTE DO DIA
21 07 2004
20 07 2004

A Assessoria ao Plenário
El. 20 07 04
Secretaria Legislativa

Veto Total
m: 20/04
02
Assessoria do Plenário
Estado da Paraíba



ESTADO DA PARAÍBA

Publicado Diário Oficial
DESTA DATA

Em, 11 / 07 / 04
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR



VETO TOTAL

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 65 da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 496/2004, que “Dispõe sobre a implantação do Cadastro Estadual de Foragidos, e dá outras providências”, manifestando-me de acordo com os fundamentos a seguir delineados:

Razões de veto

O presente Projeto propõe a criação do “Cadastro Estadual de Foragidos”, que tem como finalidade, nos termos do art. 1º, “informar aos interessados a relação de pessoas que estejam em situação de foragido da justiça”.

Não obstante os bons propósitos da medida, as normas padecem de vício de iniciativa, haja vista que as leis que disponham sobre a criação, a estruturação e as atribuições das Secretarias e órgãos da Administração Pública são de iniciativa do Poder Executivo, a teor do que reza a Constituição Estadual, em seu art. 63, § 1º, II, “e”.

Com efeito, o Projeto, ao estabelecer, no parágrafo único do art. 1º, que “o cadastro será organizado, mantido e atualizado pela Secretaria da Cidadania e Justiça, em cooperação com a Secretaria da Segurança Pública e disponibilizado na Rede Mundial de Computadores – Internet”, cria atribuições para as mencionadas Secretarias Estaduais, gerando, assim, uma inconstitucionalidade por vício de iniciativa, nos termos do citado dispositivo constitucional.



ESTADO DA PARAÍBA



Ademais, a medida irá gerar despesas para os cofres públicos, sendo inoportunas, quando o Governo do Estado desenvolve ações, no sentido de conter gastos ou despesas extraordinárias, de forma que não haja repercussão no orçamento estadual.

Estas, Senhor Presidente, reiterando os intentos da propositura e de seu respectivo subscritor, são as razões que me levaram a vetar integralmente o projeto em epígrafe, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa.

João Pessoa, 09 de julho de 2004

CÁSSIO CUNHA LIMA
Governador



**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

Casa de Epitácio Pessoa

Publicado Diário Oficial
DESTA DATA

Em, 11 / 07 / 04
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

**AUTÓGRAFO Nº 341/2004
PROJETO DE LEI Nº 496/04**

VETO
João Pessoa, 09 / 07 / 2004
Cássio Cunha Lima
Governador

**Dispõe sobre a implantação do
Cadastro Estadual de Foragidos, e dá
outras providências.**



A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Cadastro Estadual de Foragidos com a finalidade de informar aos interessados a relação de pessoas que estejam em situação de foragido da justiça.

Parágrafo Único – O cadastro será organizado, mantido e atualizado pela Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça em cooperação com a Secretaria de Segurança Pública e disponibilizado na Rede Mundial de Computadores – “Internet”.

Art. 2º No Cadastro Estadual de Foragidos deverão constar:

- I – Dados pessoais e biométricos do foragido;
- II – Fotografia ou retrato falado;
- III – Informações datiloscópicas.

Art. 3º O Cadastro Estadual de Foragidos estabelecerá formas facilitadas de consulta e orientações aos interessados em indicar o paradeiro de algum foragido da justiça.

Parágrafo Único – As indicações de paradeiro serão realizadas mantendo-se a identidade do informante em sigilo.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, “Casa de Epitácio Pessoa”, João Pessoa, 16 de junho de 2004.

Rômulo José de Gouveia
RÔMULO JOSÉ DE GOUVEIA
Presidente



**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA**

SECRETARIA LEGISLATIVA



**REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS
SUJEITAS À APRECIACÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDACÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS**

Registro no Livro de Plenário
Ass. fls. 20 sob o nº 20104
Em 20 / 07 / 2003

P/ Taboala
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Constou no Expediente da Sessão
Ordinária do dia 21 / 07 / 2003

P/ Taboala
Div. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Remetido ao Departamento de Assistência
e Controle do Processo Legislativo
Em, 21 / 07 / 2003

P/ Taboala
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

Remetido à Secretaria Legislativa
No dia 21 / 07 / 2003

P/ mi mo.
Departamento de Assistência e Controle
do Processo Legislativo

À Comissão de Constituição, Justiça e
Redacção para indicação do Relator

Em ____ / ____ / 2003

Secretaria Legislativa
Secretário

Publicado no Diário do Poder Legislativo
no dia ____ / ____ / 2003

Secretaria Legislativa
Secretário

Assessoramento Legislativo Técnico

Em ____ / ____ / 2003

Secretaria Legislativa
Secretário

Designado como Relator o Deputado

Em ____ / ____ / 2003

Deputado
Presidente

Apreciado pela Comissão
No dia ____ / ____ / 2003

Parer
Em ____ / ____ /

Secretaria Legislativa

No ato de sua entrada na Assessoria de
Plenário a Presente Propositura
consta _____ Pagina (S).

Em ____ / ____ / 2003.

Assessor

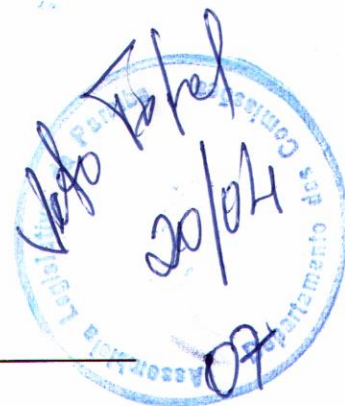
No ato de sua entrada na Assessoria de
Plenário a Presente Propositura
consta _____ Documento (s)
em anexo.

Em ____ / ____ / 2003.

Assessor



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



VETO TOTAL Nº. 20/2004
AO PROJETO DE LEI Nº. 20/2004

“Veto total ao Projeto de Lei nº 496/2004, que “Dispõe sobre a implantação do Cadastro Estadual de Foragidos, e dá outras providências”.

VETO TOTAL: Governador do Estado.
RELATOR: Dep. Gilvan Freire

P A R E C E R Nº 610/04

I - RELATÓRIO

O Senhor Governador do Estado, usando da competência que lhe confere o art. 86, inciso V, e art. 65, § 1º, da Constituição Estadual, vetou integralmente o **Projeto de Lei Nº. 496/2004**.

A matéria foi encaminhada por intermédio do ofício GS/GCG nº 173/04.

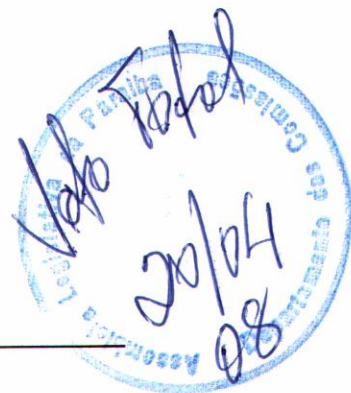
Constou no expediente do dia 21 de julho de 2004.

Instrução processual em termos, tramitação dentro dos preceitos regimentais.

Breve relatório.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



II - VOTO DO RELATOR

As razões do presente veto estão calcadas em impeditivo legal exposto no parágrafo único do artigo 1º do atacado Projeto, o qual nasceu viciado.

Diante das argumentações e disposições verificadas no veto governamental, analiso e reconheço que as razões do mesmo são procedentes, tendo em vista a inoportuna geração de despesas aos cofres públicos, o que também contraria o interesse público.

Assim sendo, me são convincentes e satisfatórias as razões do veto em aposto.


Nestes termos, proponho à douta Comissão a **MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL Nº. 20/2004, AO PROJETO DE LEI Nº. 496/2004**, por entender que as razões de veto são consistentes e procedentes.

É como voto

Sala das Comissões, em 03 de agosto de 2004.


DEP. GILVAN FREIRE
RELATOR

mantido o veto
em sessão ordinária
do dia 09/11/2004.
com a seguinte
votação

17 VOTOS NÃO
06 VOTOS SIM

F: Secretário



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, adota e recomenda o parecer do Senhor Relator, pela **MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL Nº. 20/2004, AO PROJETO DE LEI Nº. 496/2004**, por entender que as razões de veto são procedentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de agosto de 2004.



DEP. FÁBIO NOGUEIRA
PRESIDENTE


DEP. GILVAN FREIRE
MEMBRO/RELATOR

DEP. VITAL FILHO
MEMBRO


DEP. EDINA WANDERLEY
MEMBRO

DEP. RODRIGO SOARES
MEMBRO

DEP. GERVÁSIO MAIA FILHO
MEMBRO


DEP. FAUSTO OLIVEIRA
MEMBRO

Apreciada Pela Comissão
No Dia 11/08/2004



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Eptácio Pessoa

Ofício nº 425/04

João Pessoa, 09 de novembro de 2004.

Senhor Governador

Participo a Vossa Excelência, que esta Assembléia Legislativa, manteve o Veto Total nº 20/2004, ao Projeto de Lei nº 496/2004, de autoria do Deputado Aguinaldo Ribeiro que "Dispõe sobre a implantação do Cadastro Estadual de Foragidos e dá outras providências".

Atenciosamente,


ROMULO JOSÉ DE GOUVEIA
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
Dr. CÁSSIO CUNHA LIMA
Governador do Estado da Paraíba
Palácio da Redenção
Praça João Pessoa, S/N Centro
João Pessoa PB